

Uma Iniciativa Para Promover a Leitura Entre uma População Diferente

MARIA TERESA DA SILVA MAIA

INTRODUÇÃO

Para que os cidadãos, cegos ou ambliopes, possam ler são necessários suportes especiais de leitura: livros em Braille, gravação sonora ou caracteres ampliados, não falando, para já, em suportes informáticos.

É ainda escasso, no nosso País, o acervo de livros existente e disponível para a população deficiente visual; contudo, não podem aqui ser esquecidos os diversos esforços e iniciativas que vêm sendo feitos nos últimos anos, por diversas entidades, no sentido de diminuir o enorme abismo que separa a população deficiente visual da restante, nas possibilidades de escolha de leitura.

Salientemos, a título de exemplo, a oferta de uma verba para a transcrição para Braille, de 50 títulos, feita, recentemente, pelo Sr. Secretário de Estado da Inserção Social, Dr. Luís Cunha.

COMO PROMOVER A LEITURA.

Neste panorama de escassez bibliográfica e com uma população, também ela, geralmente alheada da leitura, todas as iniciativas para a promover são meritórias. Foi assim que a Direcção da Delegação Regional do Centro, DRC, da Associação de Cegos e Ambliopes de Portugal, ACAPO, sediada em Coimbra, decidiu levar a efeito um concurso, cujos objectivos eram incentivar os deficientes visuais a lerem e a escreverem.

A referida Direcção Regional nomeou uma comissão para conduzir o processo do concurso. Fizemos parte dela e é essa experiência, que consideramos positiva e gratificante, que nos propomos relatar, ainda que sumariamente.

Formada a Comissão, durante o ano de 1996, começou esta os seus trabalhos. Era constituída por três elementos.

A Comissão elaborou um regulamento do concurso e nele ficou definido que o concurso tinha por destinatários “todos os deficientes visuais portugueses e dos PALOP’s”. Este âmbito tão alargado prende-se, obviamente, com o conhecimento que temos das dificuldades e poucas oportunidades que os cidadãos deficientes visuais

destes países tem. Foi uma expressão de solidariedade e de entre ajuda.

Escolheu-se um nome para o concurso. Pretendia-se que tal nome abarcasse o conceito que, expressasse o prazer de ler e o muito que a leitura tem de informativa e de formativa. Tal nome deveria resultar numa frase curta e de fácil apreensão. O concurso foi intitulado “UM LIVRO É UM AMIGO”.

De seguida procedeu-se à divisão da população - alvo em dois grupos etários: Um até aos dezassete anos, o outro desta idade para diante. Para cada grupo etário foi escolhida uma obra literária com base nos seguintes critérios: autor português, contemporâneo “de preferência vivo” e cuja obra escolhida existisse em suportes especiais, Braille e áudio.

As obras escolhidas foram: para o 1º grupo etário “O Romance da Raposa” de Aquilino Ribeiro, para o 2º grupo etário “Crónica dos Bons Malandros” de Mário Zambujal. Procedeu-se à leitura das obras e à formulação de um questionário para cada uma, pois aos concorrentes era solicitado que respondessem a perguntas feitas àcerca da respectiva obra. Esta opção trouxe a vantagem de reunir num mesmo objectivo o recurso à leitura e à escrita.

Os interessados solicitaram as obras e os respectivos questionários; tornavam-se concorrentes, somente no momento em que entregavam as respostas às perguntas bem como a sua identificação.

Escolheram-se os juris e angariaram-se prémios para os vencedores. Preparou-se a sessão solene de entrega dos prémios onde a componente cultural foi a nota dominante: poesia, música coral, presença da comunicação social e com muito orgulho para nós, membros da comissão, Mário Zambujal aceitou o convite para estar presente, afirmando a certa altura que se sentia lido.

A escolha da data desta cerimónia teve um significado simbólico de grande importância para os cegos, pois ocorreu no dia 4 de Janeiro de 1997, dia do aniversário da morte de Louis Braille, o cego francês que àcerca de um Século e meio inventou este fantástico e, até hoje inultrapassável, instrumento de cultura para os cegos do Mundo inteiro que é o sistema Braille.

Solicitaram obras e questionários para “O Romance da Raposa” 8 indivíduos; para “Crónica dos Bons Malandros” 38 indivíduos; de entre estes, concorreram, enviando os respectivos questionários e a sua identificação: para “O Romance da Raposa” 4 indivíduos, para “Crónica dos Bons Malandros” 11 indivíduos. A diferença entre os indivíduos que manifestaram interesse em concorrer e os que o fizeram, apontar-nos-á, certamente, algumas reflexões que não deixaremos de fazer.

Houve uma significativa participação de deficientes visuais de Angola o que é fortemente positivo para quem meteu ombros a esta tarefa. Gostaríamos, ainda de referir que logo no início dos trabalhos da comissão propusemos a leitura de um orçamento do concurso, pois isto permitir-nos-ia fazer cálculos mais correctos para futuras iniciativas de maior fôlego.

Infelizmente a nossa proposta não foi aceite, o que lamentamos, pois continua a parecer-nos, tecnicamente correcto tal procedimento.

CONCLUSÃO

Ao colaborarmos neste trabalho colhemos experiência que corroborou os ensinamentos adquiridos durante a nossa formação em Ciências Documentais.

No que respeita à leitura pública para a população deficiente visual, esta iniciativa, embora aparentemente de alcance limitado, teve o mérito de agitar águas geralmente paradas e motivou, sem a menor dúvida, a leitura e a escrita entre os cegos e amblíopes de língua portuguesa.

Coimbra, Dezembro de 1997

